

CARTA ABERTA

O MINISTRO DO AMBIENTE NÃO TEM DE SER UM AMBIENTALISTA, MAS DEVE RESPEITAR OS CIDADÃOS AMBIENTALISTAS E AS SUAS ASSOCIAÇÕES

Exmo. Senhor
Ministro do Ambiente e da Ação Climática,
Eng. João Pedro Matos Fernandes

O Ministro do Ambiente não tem de ser um ambientalista, como o Ministro da Saúde não tem de ser um médico, ou o da Justiça não tem de ser juiz.

Disso estamos certos pois o Senhor Ministro afirmou categoricamente em 17 de novembro de 2018: *“Não sou de todo ambientalista”*.

Mas o que o Ministro do Ambiente deve é respeitar e considerar os cidadãos ambientalistas e as suas associações pois a sua ação é fundamental para a defesa do ambiente, tem larga aceitação social e acolhimento Constitucional e legislativo, no quadro da Lei de Bases da Política de Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente.

Mas o Senhor Ministro também disse ao Jornal Económico em 15 de junho de 2019: *“Tenho alguma dificuldade em aceitar os que são nem-nem-nem, isto é, os que são contra tudo”*, referindo-se à oposição dos ambientalistas ao modo como está a ser lançada a eventual mineração de lítio.

Os ambientalistas são, Senhor Ministro, sempre a favor de tudo o que respeita a Natureza e a valoriza; são a favor do desenvolvimento sustentável, da produção e do consumo responsáveis, da preservação das paisagens e dos valores naturais, dos ecossistemas e da biodiversidade, das florestas, dos rios livres, do ar puro, sobretudo porque sabem que a o nosso Planeta está a chegar ao seu limite! Os ambientalistas respeitam os limites da natureza e querem uma sociedade e um futuro mais justo para todos.

O Senhor Ministro, apesar de não se considerar um ambientalista, deu as boas vindas à ativista Greta Thunberg assinalando o seu contributo para a sensibilização de *“muitas pessoas, desde jovens a gerações mais velhas, para o maior desafio dos nossos tempos”*; ambientalista ou politicamente correto, parece que concordamos no essencial: o maior desafio dos nossos tempos é reverter a perda de natureza e travar as alterações climáticas, pelo que devemos trabalhar em todas as frentes para, em conjunto, vencermos este desafio.

Na semana passada, o senhor Ministro, em plena audição na Assembleia da República, em resposta a uma questão do Deputado Nelson Peralta sobre o Fundo Ambiental e o



financiamento tão necessário da conservação da natureza, incluindo o cofinanciamento de projetos do Programa LIFE da UE, respondeu “...viva a opacidade, viva a falta de transparência, deem lá dinheiro aos rapazes que eles estão aflitos”; por “rapazes” o Senhor Ministro referia-se aos ambientalistas, às associações de conservação da Natureza, a todas as pessoas, homens e mulheres, que aqui trabalham com seriedade, profissionalismo, espírito de missão e muito amor à camisola - cientistas, professores, sociólogos, políticos, biólogos, comunicadores, financeiros, administrativos, voluntários, e até engenheiros!

O Senhor Ministro foi muito injusto com as ONGAs e com o trabalho que fazem em Portugal desde 1948, quando ainda não existia, nem se sonhava que viesse a existir, o Ministério do Ambiente. Menosprezando a importância do nosso contributo para a conservação da natureza, o Senhor Ministro cria cisões em lugar de promover a colaboração, que é o que sabemos fazer melhor, e o que lhe propomos: conjugar esforços para uma causa comum, a Defesa da Natureza.

Temos muitos sucessos dos quais nos orgulhamos no nosso currículo: os ambientalistas estiveram na génese do Parque Natural da Arrábida, da Reserva Natural do Estuário do Sado, da Reserva Natural da Malcata e da conservação do lince-ibérico, do Parque Natural do Tejo Internacional, da Reserva Natural Local do Estuário do Douro, da Reserva Natural Local do Paúl da Tornada, exemplos de entre muitas outras joias do património natural nacional salvas por ação de cidadãos ativos que nos orgulhamos de ser.

Desde 1993, várias ONGAs implementaram dezenas de projetos LIFE (cofinanciados pela União Europeia) que, por exemplo, salvaram a planície de Castro Verde, que é hoje Reserva da Biosfera, de ser transformada num enorme eucaliptal; salvaram o priolo da beira da extinção e alavancaram o turismo de natureza na ilha de São Miguel, restauraram ilhas, turfeiras, florestas nativas e outros habitats naturais e salvaram várias outras espécies. E não foram apenas as ONGAs nacionais, foram também associações locais que, recorrendo a projetos LIFE, criaram reservas naturais, como a Faia Brava, e desenvolveram o programa Volunteer Escapes, que organiza centenas de cidadãos voluntários para realizarem trabalhos de restauro da Rede Natura 2000.

Isto porque conseguiram estabelecer parcerias e laços de comunicação com as populações locais, associações locais, agricultores, empresários, movimentos de cidadãos, universidades, empresas e autarquias.

Neste processo, as ONGAs angariaram para a conservação da natureza em Portugal muitas dezenas de milhões de euros de fundos Europeus, conseguidos em concursos internacionais transparentes, fortemente competitivos e aplicados de forma diligente e sob apertada monitorização das autoridades nacionais e comunitárias.

Os 12 projetos LIFE mais recentes executados por ONGAs permitiram um investimento de 24,4M euros na gestão da Rede Natura 2000 nos últimos 10 anos. Por cada milhão de euros

investido em projetos LIFE, o programa acrescenta pelo menos 2,1 milhões, e o Estado recupera 800 mil euros em impostos e contribuições sociais. E a Natureza agradece.

Para além do trabalho realizado no terreno, dos resultados de conservação e da dinamização da economia local e do tecido social, os projetos LIFE liderados pelos ambientalistas obtiveram vários prémios e reconhecimentos nacionais e internacionais. Também o Senhor Ministro reconheceu o nosso mérito quando cofinanciou através do Fundo Ambiental alguns destes projetos LIFE. E esqueceu (quando falou de opacidade) que, devido ao "princípio da subsidiariedade" (Artigo 5.º do Tratado da União Europeia) Portugal – o seu Ministério - tem de dar parecer positivo prévio às candidaturas LIFE, antes da União Europeia as aprovar; e deu!

Por isso, chamar às ONGAs de Portugal “rapazes”, revela falta de reconhecimento pelo nosso trabalho e pela cidadania ativa.

Quanto ao Fundo Ambiental, que o Senhor Ministro gere, a realidade não é exatamente a que apresentou no Parlamento. O Fundo Ambiental não gastou, em 2020, 17,8 milhões de euros na conservação da natureza; no orçamento aprovado (ainda não há relatório de execução) pelo seu Despacho n.º 8457/2020, estavam previstos apenas 9,47 milhões para esse fim, ou seja, 1,64% do orçamento total do Fundo Ambiental.

Notámos também que não referiu que 8,5% do orçamento do Fundo Ambiental se destinou em 2020 a financiar 49,149 milhões de euros de projetos e ações aprovados por protocolo, logo sem concurso público.

Para fechar, apelamos ao Senhor Ministro que coloque de lado diferenças que possa ter com as ONGAs e procure apoiar a sua capacidade de organizar parcerias, desenvolver projetos e apresentar resultados de conservação e restauro da natureza. Deste modo potenciado uma melhor colaboração entre organismos públicos e organizações de cidadãos, a favor do interesse da sociedade.

Os ambientalistas continuarão a procurar cumprir os compromissos que assumiram, com coragem e determinação, com profissionalismo e espírito de missão. Não desistimos de lutar contra a degradação do nosso património natural e em defesa da Natureza.

Na verdade, face a esta tarefa de salvar o Planeta e a qualidade de vida das gerações futuras, estamos em crer que hoje somos todos ambientalistas, pois não nos resta alternativa, não é Senhor Ministro?

Coligação C6, 2 de fevereiro de 2021

SOBRE A COLIGAÇÃO C6



A C6 é a Coligação das principais ONGA nacionais, criada em 2015 com o objetivo de atuar a uma única voz junto da sociedade civil e das instituições públicas e governamentais na defesa, proteção e valorização da Natureza e da Biodiversidade em Portugal. Constituem a C6:

ANP | WWF - Associação Natureza Portugal em associação com WWF | www.natureza-portugal.org

FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade | www.fapas.pt

GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente | www.geota.pt

LPN - Liga para a Protecção da Natureza | www.lpn.pt

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza | www.quercus.pt

SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves | www.spea.pt

CONTACTOS

ANP/WWF – Ângela Morgado (918 428 829)

GEOTA: Hélder Careto (962 602 680)

FAPAS: Nuno Gomes Oliveira (917 888 272)

LPN: Jorge Palmeirim (963 771 706) Eduardo Santos (964 119 504)

QUERCUS: Paula Nunes da Silva (961 184 055)

SPEA: Domingos Leitão (969 562 381)